

# LUTANDO POR TERRA E VIDA!

## FIGHTING FOR LAND AND LIFE

Sandra Lassak\*

### Resumo

O artigo analisa a situação das mulheres camponesas e seu trabalho em prol da justa distribuição da terra. Inicia com a afirmação da exclusão e da exploração da força do trabalho feminino no modelo dos colonatos, passando ao capitalismo, difusor do latifúndio e do agronegócio o estudo do papel exercido pelas mulheres, para chegar à reforma agrária e a mudança de relações sociais de gênero e, enfim, a resistência feminina por meio do movimento de mulheres camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo. Reforma agrária. Feminismo. Teologia da libertação.

### Abstract

*This article analyzes the situation of peasant women and their efforts towards a just distribution of land. It starts by affirming the fact that there is exclusion and exploitation of the feminine labor force within the structure of small colonies. It also shows the way capitalism helps diffuse agribusiness and large estate owners and the role women play to reach land reform and a change in the social relationships based on gender. Finally, it examines the feminine resistance through an organized movement of peasant women.*

KEYWORDS: *Colonialism. Land reform. Feminism. Liberation Theology.*

\* Teóloga alemã com formação nas Universidades de Münster (Alemanha) e de Comillas (Madri); especialista em teologia ecofeminista e com doutorado em missiologia. Atualmente integra a equipe teológica do Instituto de Teologia e Política de Münster, e presta assessorias a congregações religiosas e movimentos militantes em diversos países. Land Research Action Network. <<http://www.landaction.org/display.php?article=192>>. MMC. <[http://www.mmcbrazil.com.br/menu/organizacao\\_por.html](http://www.mmcbrazil.com.br/menu/organizacao_por.html)>.

## **A situação das mulheres camponesas – desafios para as teologias feministas da Libertação**

A desigualdade social no Brasil, que se manifesta, entre outras formas, também na distribuição extremamente desigual da posse da terra, é uma das maiores do mundo. A atual estrutura agrária brasileira, marcada por sua extrema polarização social, é resultado de diferentes processos que foram se desenvolvendo durante as diversas fases históricas e políticas do Brasil. Iniciados no período colonial, no século XVI, esses processos passam pelo tempo da escravatura e pelo feudalismo, intensificam-se com a estruturação da produção capitalista do fim do século XIX, isto é, o início da industrialização, e chegam até os nossos dias. A questão da terra é um dos desafios sociais e políticos mais graves no Brasil. A pressão do agronegócio exportador, a asseguaração da soberania alimentar, a sobrevivência da agricultura familiar de pequenos agricultores são temas centrais e atuais, os quais têm um papel decisivo na questão da terra. Entre os grupos rurais, as mulheres estão entre aquelas pessoas que mais estão expostas a estruturas múltiplas de opressão. Assim sendo, grande parte delas é atingida pela pobreza não apenas pelo fato de pertencer à população rural, mas pela experiência de discriminação e desfavorecimento, simplesmente, em razão de seu sexo, o que se manifesta tanto em estruturas sociais patriarcais como em mecanismos de exclusão institucionalizados, como, por exemplo, na esfera jurídica. Não suportando estas múltiplas experiências de opressão, as mulheres começaram a insurgir-se, de forma organizada, a partir da metade da década de 1980. Através da formação de movimentos de mulheres camponesas, elas tentam articular a sua resistência e o seu protesto, bem como exercer pressão política em benefício de uma melhoria de suas condições de vida. As seguintes considerações sobre a situação das mulheres do campo, no Brasil, e a sua resistência política através do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) fundamentam-se nos resultados de uma pesquisa de campo realizada no Brasil, em várias semanas, num período de tempo que se estendeu de 2004 a 2008.

No centro da pesquisa, entre outras questões, interessava saber em que medida a participação das mulheres em movimentos rurais contribui para a melhoria de suas condições de vida e coopera nas mudanças sociais. As mulheres tiveram, no âmbito deste estudo de campo, realizado em diversos locais, através das entrevistas, a oportunidade de falar.

Assim, tendo-se por base as suas próprias afirmações, pôde-se analisar a questão do significado que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem na vida de mulheres camponesas pobres atualmente e em que medida o engajamento no movimento modifica positivamente a vida das agricultoras, trabalhadoras do campo e sem-terra. No que se refere aos resultados da pesquisa, deve-se previamente observar que eles não são entendidos como uma análise total da situação das mulheres camponesas, mas que se tem consciência de sua limitação em muitos aspectos. Primeiramente, a pesquisa foi realizada apenas em algumas regiões do Brasil, de modo especial no sul, isto é, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e com a ajuda de somente algumas das mulheres que participam do movimento. Em segundo lugar, os resultados são também marcados pelo “olhar de fora”, isto é, da minha perspectiva e do meu horizonte de experiências como teóloga “branca” da Europa Central. Os questionamentos e modos de interpretação resultantes dessa perspectiva estão sempre sujeitos ao perigo da usurpação dos outros e da reprodução de relações de dominação. Tendo consciência dessas dificuldades e limites, esta pesquisa orienta-se acerca da pergunta de como seria a práxis feminista para além do racismo, dominação de classes e colonialismo e como diferentes feminismos e práticas políticas podem ser conduzidas a um diálogo entre si, visando desenvolver, em conjunto, estratégias para a mudança das relações de injustiça existentes. Neste sentido, os resultados de minha pesquisa pretendem servir de apoio às lutas das mulheres camponesas, bem como divulgar a sua história, a sua resistência e as suas preocupações. Pretendem, ademais, dar uma contribuição para o diálogo entre teólogas do norte e do sul, para a mediação da reflexão teológica e para o processo de aprendizagem recíproco.

### **O papel das mulheres nos processos de colonização e capitalização da agricultura – aproximações feministas**

Para a análise da situação das mulheres do campo e suas experiências de injustiça e discriminação, recorri a princípios feministas e marxistas, uma vez que estes lançam luz sobre desigualdades sociais e relações de gênero. Partindo deste foco teórico, a função das hierarquizações dos gêneros também torna-se evidente no sistema capitalista. A crítica feminista às relações sociais existentes diz respeito não apenas ao plano das estruturas econômicas; as relações de gênero e a opressão

das mulheres devem ser analiticamente compreendidas nas diferentes esferas onde elas já estão arraigadas e em relação à complexidade dos mecanismos de exploração e marginalização; e a respectiva análise deve ser traduzida em ação política.

Existem, portanto, de um lado, lugares de concentração de poder muito claros que se refletem em relações de dominação econômica e social e, por outro lado, o poder vai além disso, na medida em que ele se reproduz também entre os oprimidos, tornando-se efetivo através de mecanismos de repressão. Central é, portanto, igualmente, a análise dos aspectos psicanalíticos, culturais e ideológicos constitutivos das estruturas de poder e desigualdade, incluindo relações de gênero hierárquicas. Encontrar e dar nome a lugares e mecanismos de poder é a condição essencial para a organização de resistência contra isso. As relações de gênero e a opressão de mulheres devem ser analiticamente compreendidas nas diversas esferas onde elas estão arraigadas e em relação à complexidade dos mecanismos de exploração e marginalização; e a respectiva análise deve ser, por sua vez, traduzida em ação política. Com o auxílio da análise de discurso de Michel Foucault, adotada pelas teóricas feministas, as assimetrias de gênero podem revelar e demonstrar a produção de ideologias legitimadoras e também como os sujeitos oprimidos internalizaram esses mecanismos ou os reproduziram na prática. A teologia e a Igreja também exercem um outro fator muito importante. Formação de identidade e possibilidade de ação das mulheres do campo, no Brasil, são predominantemente determinadas através da construção de gênero e sexualidade que, seguindo determinados interesses políticos, enraizam-se também no discurso teológico.

O presente artigo voltará a sua atenção para as condições de vida e de trabalho de mulheres dentro de comunidades rurais, levando em conta os processos econômicos e sociais de transformação responsáveis pelas mudanças na estrutura da economia rural e, através disso, das relações sociais, incluindo as relações de gênero. As mulheres pertencem ao grupo daqueles/as que mais são excluídos/as e explorados/as pelos processos de capitalização. Demonstrar-se-á, a partir de um breve apanhado histórico, que papéis as mulheres e as forças de trabalho femininas exerceram nos processos de colonização e capitalização e ainda hoje exercem. Por isso, é importante que se remonte ao tempo da colonização portuguesa.

A universalização de lógica capitalista e a imposição de um sistema com uma economia de mercado de validade única e o seu respectivo modo de produção exigiu, no Brasil, que todos os segmentos sociais e

econômicos se adaptassem às exigências do capital. Isso acarretou, no setor agrário, a expansão sempre maior das estruturas latifundiárias, enquanto, do outro lado, atividades de pequenos produtores rurais e agriculturas de subsistência familiar quase não tinham mais chance de sobrevivência. O capital necessitava, para a sua expansão, exatamente destas formas de produção vigentes e pré-capitalistas “retrógradas”, às quais pertencia também o trabalho (doméstico) não remunerado das mulheres. A submissão às relações de produção capitalistas em prol da industrialização ocasionou a proletarização de grande parte da população rural, sob pena de as condições de vida piorarem cada vez mais. Assim, será apresentada, através de um breve apanhado histórico, a questão da terra, no Brasil, sob a questão do papel das mulheres nos processos de colonização e capitalização da agricultura. Esta reconstrução histórica não demonstra apenas o plano de fundo e a origem da situação desfavorecida das mulheres do campo, mas esclarece também as razões por que as mulheres camponesas começaram a se organizar e a lutar por seus direitos.

### **Colonialismo: o precursor das estruturas capitalistas**

Olhar para a terra como sendo um recurso natural utilizável e lucrativo é um modo de ver a realidade que passou a ser imposto de forma violenta durante o governo colonial (século XVI). No governo colonial, foram assentados os pressupostos estruturais como alicerce para os desenvolvimentos posteriores do capitalismo agrário. Com o sistema colonial e suas estruturas econômicas, estreitamente ligados à cultura e mentalidade europeia patriarcal, introduziu-se também a separação entre o trabalho de subsistência e a produção de mercadorias, acompanhada por uma segmentação dos gêneros. Isso significa que o sistema econômico colonial impôs a separação entre o trabalho doméstico reprodutivo, executado pelas mulheres, e, do outro lado, o trabalho produtivo masculino orientado para o mercado.

O surgimento de estruturas de latifúndio e uma produção econômica exportadora são traços bem característicos desta remodelação da economia no contexto do governo colonial. Em contraste à produção extensiva da monocultura, surgiam economias de subsistência de pequenos produtores rurais, geralmente sob precárias condições.

A expansão da posse de latifúndios agrícolas e a estruturação das plantações passou a marginalizar a população de pequenos agricultores

que desenvolvia estruturas de sobrevivência e subsistência econômica à margem da economia latifundiária orientada para a exportação. Essas economias marginais acabaram ficando bem para trás em relação aos processos progressivos da economia latifundiária e exportadora. A marginalização era, porém, um elemento constitutivo do processo de capitalização. Essas inevitáveis economias agrárias de subsistência emergentes são, segundo Sergio Gørgen, um importante e influente fator, o qual favoreceu o surgimento de economias familiares de pequenos produtores rurais.<sup>1</sup>

O colonialismo e a conseqüente expansão do capitalismo, portanto conduziram a uma crescente diferenciação das formas econômicas de pequenos produtores, o assim chamado *campesinato*, e, como resultado, ao surgimento das mais variadas formas de vida e produção agrária. Essas mudanças estruturais, conduzidas pelos interesses dos poderes coloniais, foram as condições iniciais para a transição para o capitalismo, ocorrido no período de 1850 a 1930.

Junto a isso, ocorreu a capitalização da economia através de dois processos decorrentes paralelos: de um lado, a formação de uma economia familiar orientada para a subsistência e, do outro, de uma economia latifundiária capitalista, orientada para o lucro, que se torna, posteriormente, a agricultura industrial.<sup>2</sup>

Apesar da explosão industrial ocorrida a partir do fim do século XIX, o Brasil foi, até os anos de 1960, um país predominantemente agrário.<sup>3</sup>

## **Exclusão e exploração da força de trabalho feminina – o modelo dos colonatos**

A abolição da escravatura, o desenvolvimento das cidades, a crescente internacionalização do intercâmbio de mercadorias e a

---

<sup>1</sup> Cf. GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio, *Os novos desafios da agricultura camponesa*, [s.l.]: 2004, p. 18.

<sup>2</sup> GONTIJO, Claudio, A revolução agrícola no Brasil: singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: 1850–1930, in: *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 2, abr./jun. 1988, p. 77-92. Aqui: 79. (citado, a partir daqui: GONTIJO, *Revolução agrícola*).

<sup>3</sup> Em 1920, 70% da população economicamente ativa trabalhava na agricultura. Essa quota caiu para 60%, em 1950, e para 44%, em 1970. Cf. BERNECKER, Walter L.; PIETSCHMANN, Horst; ZOLLER, Rüdiger. *Eine kleine Geschichte Brasiliens*. Frankfurt A. M.: 2000, p. 230.

ampliação do mercado exportador através do aumento da produção de café, que tirou o lugar da predominante produção de açúcar, causaram uma carência de força de trabalho, o que levou o governo, já na década de 50, do século XIX, a uma forçada política de imigração. Por existirem, já no fim do século XVIII, movimentos de imigração da Europa, incentivados pelo governo colonial, várias ondas de imigração, atraídas pela corrente das mudanças sociais e econômicas, dirigiam-se para o Brasil a partir da metade do século XIX, atingindo o seu auge no período de 1886 a 1896. O número total de imigrantes para o Brasil chegou a 1,2 milhão. As famílias de imigrantes europeus estabeleceram-se, sobretudo, no sul do Brasil e formaram lá, à margem dos grandes latifúndios, colônias fechadas de imigrantes, isto é, sem contato com a população restante. Dentro dessas colônias, cultural e socialmente homogêneas, surgiu uma consciência agrícola e uma forma de produção que, sendo orientada para a autossustentação e, em partes, através de atividades individuais, integrou-se ao mercado, já que o excedente de produção e os produtos agrícolas eram vendidos no mercado local.

Devido à carência de mão de obra, sobretudo durante este período de súbito incremento da produção de café, domina, nas plantações deste produto, um grande interesse em famílias de imigrantes. Os contratos eram feitos com os chefes de família (homens) e baseavam-se em um modelo de arrendamento meeiro (parceria), segundo o qual cada família imigrante recebia um lote cujo tamanho era determinado pelo potencial de força de trabalho. Os contratos de arrendamento criavam uma dependência extrema entre o arrendador e os arrendatários e estavam vinculados a diversas condições. Assim, os colonos tinham que entregar, no mínimo, a metade da renda anual ao arrendador e o contrato só poderia ser rescindido se todas as dívidas do arrendatário estivessem saldadas. Mesmo o número, a idade e o sexo dos membros da família constavam no contrato. Famílias possuindo um número maior de membros do sexo masculino eram favorecidas. As principais tarefas das mulheres eram, sobretudo, o trabalho doméstico e a produção de alimentos. Esses modelos de arrendamento meeiro são um exemplo de como a economia orientada para a grande produção aproveitou-se de estruturas de agricultura familiar e os assim chamados elementos pré-capitalistas da economia capitalista foram absorvidos para a sua reprodução e acumulação. Um modelo semelhante ao do arrendamento “à meia” foi aquele da segunda onda de imigração, a partir de 1885: os característicos colonatos, ou seja, uma combinação de trabalho assalariado e economia

agrícola. Diversamente do sistema de arrendamento meeiro, os colonos não entregavam nada ao arrendador; a sua força de trabalho contava, praticamente, como arrendamento. Embora esse sistema concedesse aos colonos uma certa liberdade para o cultivo orientado para a subsistência e as suas próprias necessidades, continuava a dependência entre os proprietários das plantações e os colonos.

Com a introdução do assim chamado trabalho livre na economia do café, através do sistema de *colonatos*, as mulheres tornaram-se uma força de trabalho indispensável, tanto na economia de subsistência, quanto nos cafezais. O trabalho delas, todavia, não era avaliado como força de trabalho individual, mas incluído àquele do homem. Todo o trabalho era contabilizado na forma de um único rendimento familiar válido, o qual era dado apenas ao homem. Ao homem cabia organizar o trabalho e repassar as tarefas e atividades aos outros membros de sua família. Dessa forma, ele era, ao mesmo tempo, chefe da família e chefe na organização da produção, ao passo que as mulheres e filhos eram a sua força de trabalho. O papel social da mulher como mãe de família, filha ou esposa fez com que o trabalho das mulheres, na produção, se tornasse amplamente invisível. Com isso, as mulheres ficaram sujeitas a uma dupla carga de trabalho. A integração delas no trabalho agrícola fora de casa não significou a redistribuição do trabalho familiar e o abandono de seu papel, mas tão somente obrigou-as a assumir um trabalho adicional. Para o fazendeiro, as mulheres eram sobremaneira importantes por causa do “trabalho reprodutivo”,<sup>4</sup> dado que elas garantiam a reprodução da força de trabalho nas plantações. Ademais, toda a sua vida, as normas impostas a elas e os valores sociais estavam subordinados ao controle e poder do homem, tudo “centrava-se na figura do pai-marido-patrão”.<sup>5</sup> Além disso, as mulheres ofereciam aos grandes proprietários um destacado potencial em força de trabalho, ao qual se podia recorrer em tempos de muita quantidade de trabalho e condicionados pelo tempo, como, por exemplo, no período da colheita.

<sup>4</sup> Reprodução não significa apenas a reprodução biológica da espécie humana, mas refere-se, analiticamente, a três dimensões diferentes: a reprodução social, a reprodução da força de trabalho e a reprodução da espécie humana (Cf. BARRETT, Michèle. *Das unterstellte Geschlecht: Umrisse eines marxistischen Feminismus*. 2. ed., Berlin: 1990, p. 27).

<sup>5</sup> MORAES SILVA, Maria Aparecida. De Colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: 2002, p. 554-577 (Aqui: p. 558).

A exploração da mão de obra feminina conduziu não apenas à expansão do trabalho produtivo, mas também ao prolongamento do tempo de atividade e, ao mesmo tempo, a uma crescente e constante desvalorização de sua força de trabalho.<sup>6</sup> As mulheres encontravam-se, por assim dizer, em duas relações de trabalho e exploração. Primeiramente, elas estavam, assim como os homens, submetidas ao fazendeiro e, em segundo lugar, ao seu marido dentro da economia familiar de subsistência, pela qual ela também era responsável, ao lado de todas as preocupações com o lar, no interior de sua família. Cheywa Spindel investigou o significado da força de trabalho das mulheres, que não contava oficialmente, e constatou que a geração de lucro nas plantações está vinculada também ao trabalho não remunerado de mulheres e crianças, uma vez que sua jornada de trabalho superava, no total, aquela do homem.<sup>7</sup>

Tomando como exemplo os colonatos, torna-se evidente não apenas a forma com a qual a força de trabalho de trabalhadores/as dependentes foi utilizada para a geração de produtos e de capital, mas também como funcionavam os mecanismos que excluía as mulheres e, ao mesmo tempo, exploravam a sua força de trabalho, que era parte do sistema. Esses mecanismos de exclusão e de exploração continuam até os dias de hoje, sob as mais variadas formas.

Os exemplos históricos demonstraram como, partindo-se do tempo colonial, as condições para a capitalização da agricultura foram criadas. Essa mercantilização da sociedade e das relações sociais dominou tanto a vida individual quanto a social e fez com que piorassem as condições de vida de grande parte da população rural. A implantação da lógica capitalista trouxe consigo não somente mudanças nas relações econômicas. Também a cultura que, inicialmente, caracterizava o mundo dos camponeses, isto é, o campesinato, foi submetida, através de estruturas de dependência econômica, a profundos processos de transformação. O estilo de vida próprio dos camponeses e as estruturas familiares e comunitárias foram destruídas, novamente organizadas e redefinidas.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Cf. WILSON, Fiona. La mujer y las transformaciones agrarias en América Latina: Revisión de algunos conceptos que fundamentan la investigación. In: DEERE, Carmen Diana; LEÓN DE LEAL, Magdalena. *La mujer y la política agraria en América Latina*. Bogota, 1986, p. 265-290 (Aqui: p. 268).

<sup>7</sup> Cf. SPINDEL, Cheywa. Invisibility of Women's work in Brazil. In: DEERE, Carmen Diana; LEÓN DE LEAL, Magdalena. *Rural Women and State policy: Feminist perspectives on Latin American Agricultural Development*, Boulder, 1987, p. 51-66.

<sup>8</sup> "El efecto predominante del capitalismo sobre el campesinato es la descomposición que en él produce." LEÓN; DEERE. *Mujer y capitalismo agrario*, p. 165.

Novas formas de relações de produção tiveram, portanto, origem, à medida que a escravidão foi substituída por um outro sistema de coação e dependência: os escravos tornaram-se, então, trabalhadores assalariados.<sup>9</sup> Com a propagação do trabalho agrícola assalariado, deram-se os primeiros passos para uma outra diferenciação e separação entre a produção de subsistência e a produção para o mercado, entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa e, com isso, também a divisão do trabalho segundo o gênero. Significativas foram essas mudanças na produção agrícola e, especialmente, na agricultura familiar durante os processos de modernização do século XX.<sup>10</sup> Tornou-se, assim, claro que as relações de gênero no campo devem ser analisadas tendo em conta as condições de produção capitalistas e a sua influência nas estruturas da sociedade.

### **O estabelecimento das estruturas econômicas do capitalismo – do latifúndio ao agronegócio**

A fase seguinte, neste processo de submissão da agricultura aos interesses do capital industrial, iniciou com a assim chamada Revolução Verde, acompanhada pela grande modernização da agricultura. O conceito “revolução verde” pareceria sugerir um modelo de agricultura ecológica e sustentável, mas, neste caso, o que aconteceu foi exatamente o contrário. A produção agrícola em massa servia, primeiramente, aos interesses da agroindústria e dos grandes latifúndios. Neste modo de produção, os critérios ecológicos e sustentáveis tiveram que submeter-se a esses interesses. O incentivo à agricultura industrial teve, ademais, consequências sociais devastadoras para a população rural de pequenos produtores, os quais, devido à concorrência com a indústria agrária, quase não conseguiam mais sobreviver. Também a promessa de uma ampla melhora no suprimento de gêneros alimentícios através da produção agroindustrial em massa não foi mantida, sobretudo em razão da economia exportadora.

Já na década de 30, no século XX, foram colocados os pré-requisitos infraestruturais através de um Estado autoritário, cujo governo forçou massivamente os processos de industrialização, preparando o terreno

<sup>9</sup> Cf. MARTINS, José de Souza et al. (org.). *Travessias: estudos de caso sobre vivência da reforma agrária nos assentamento*. Porto Alegre, 2003, p. 17.

<sup>10</sup> GONTIJO. *Revolução agrícola*, p. 80.

para a Revolução Verde entre as décadas de 1950 e 1960. A passagem do latifúndio para a empresa agrária capitalista ocorreu, portanto, no curso desta “modernização conservativa” estatal.

Com a Constituição de 1933 foram, pela primeira vez, introduzidas, como possibilidades, na qualidade de conceitos jurídicos, a vinculação social da propriedade e a expropriação em caso de interesses públicos. Também neste contexto, surgiu uma outra novidade, segundo a qual, depois de um determinado tempo de cultivo, o direito de propriedade de um terreno deveria ser repartido com aqueles que o cultivaram. Contudo, esse direito à propriedade (*usucapião pro labore*) não entrou em vigor automaticamente, mas era necessário registrar-se e reivindicá-lo ativamente. O registro requeria, além do conhecimento necessário, dispendiosos gastos financeiros. Como consequência, a maioria das famílias de pequenos agricultores não adquiriram o título de propriedade de um terreno para si e, além disso, não estavam imunes à expulsão e expropriação.<sup>11</sup> Acrescenta-se o fato de que os opositores às mudanças e inovações nas relações agrárias eram fortes e estavam bem organizados, ao passo que os seus possíveis beneficiários eram, ao contrário, fracos e estavam insuficientemente interligados. Ao contrário do mercado de trabalho urbano, o desenvolvimento do trabalho assalariado livre no setor agrário não se havia propagado muito ainda neste período. As relações de trabalho eram marcadas, sobretudo, por relações de dependência e formas de subordinação repressivas. A modernização do setor agrário estava, claramente, muito atrás dos processos de industrialização e modernização urbanos. Até os anos 1960, as leis trabalhistas não se haviam ainda efetivado para os trabalhadores/as do campo.

A ditadura militar também desempenhou um papel importante na implantação deste modelo agroindustrial. Através da política repressiva do regime militar, implantou-se um modelo econômico capitalista internacional que internacionalizou a agricultura brasileira. Capital externo financiava a modernização da agricultura brasileira. O escopo principal da política agrária da ditadura militar consistia em acelerar o processo de modernização e tecnologização das grandes propriedades sob o seguinte paradigma: chegar à maior eficiência e rentabilidade possível na produção agrícola. A questão era o potencial de competitividade da agroindústria exportadora na economia global. Na zona rural, todas as medidas políticas e sociais foram subordinadas a esta meta e eram

---

<sup>11</sup> Cf. ANDRAE, *Land*, p. 31-32; BRÖCKELMANN-SIMON, *Landlose*, p. 67-69.

instrumentos sociopolíticos estratégicos para alcançar o maior e mais competitivo crescimento econômico possível. Assim, depois do golpe militar e da modernização da produção agrária implementada por este regime, a agroindústria e o agronegócio passaram a adquirir um significado sempre maior para a produção agrícola. A política agrária dos militares caracterizou-se por fortes intervenções político-estratégicas no campo, que se orientavam segundo os interesses que as elites dominantes tinham na expansão do capitalismo agrário. As diferentes medidas políticas e sociais que os militares introduziram para a população rural funcionavam, sobretudo, como um modo de conter conflitos sociais e suprimir resistências. Situa-se também, neste contexto, a aprovação de diferentes leis como o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, programas agrícolas estatais e projetos de colonização como, por exemplo, o assentamento de famílias sem terra na Amazônia. A maioria, porém, acabou ficando sem um pedaço de terra para si e foi absorvida pelas empresas agrícolas como força de trabalho.

Através da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), passaram a valer as leis trabalhistas, que já existiam desde 1943, também para os trabalhadores/as rurais. A lei se aplicava tanto para homens como para mulheres que realizavam trabalho assalariado. Através do ETR, a relação de dependência pessoal entre o trabalhador rural e o proprietário da terra tornou-se uma relação contratual preestabelecida com suas respectivas obrigações como, por exemplo, o usufruto de benefícios sociais (através do empregador), a fixação de um salário mínimo vinculado a uma idade mínima de 16 anos, a extensão do pagamento salarial a domingos e feriados e a limitação da jornada de trabalho para 8 horas. No caso de gravidez, existia também o direito à licença maternidade. Os trabalhadores/as rurais que, como tais, estavam registrados no Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural)<sup>12</sup> passaram a ter direito a uma aposentadoria, no caso de doença ou idade, que equivalia, no

---

<sup>12</sup> Esses programas de desenvolvimento consistem na inclusão de trabalhadores/as rurais na agricultura industrial com o objetivo de aumentar a produção e criar novos postos de trabalho através da ampliação e modernização das atividades agrícolas existentes. Esses processos de modernização deveriam preservar o equilíbrio ecológico e reduzir as diferenças econômicas. Cf. <[http://www.emater.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=4197](http://www.emater.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4197)>. Acesso em 18 jul. 2006. Este programa instalado pelo governo militar em 1971 foi a primeira implementação de uma asseguaração social mínima para os trabalhadores/as rurais (Cf. HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: Conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo, 2004, p. 94).

máximo, a 75% do salário mínimo. Mas apesar de o estatuto aplicar-se tanto para homens como para mulheres, as estruturas de discriminação destas continuaram. Somente um membro da família poderia usufruir do direito à aposentadoria por motivo de idade (a partir de 65 anos), e preferencialmente o “chefe da casa”, ou seja, o homem. Somente nos casos em que as mulheres assumiam a liderança da família, devido à ausência do homem, podiam elas beneficiar-se deste direito. Embora a lei reconhecesse o direito à licença maternidade, esta também continuava sendo negligenciada. Além disso, dominava a imagem socialmente difundida e culturalmente consolidada do trabalhador rural masculino. Isso tudo, não somente obstruía o olhar para o trabalho rural feminino, mas trouxe consigo inúmeras consequências sociopolíticas e legais. Assim sendo, as mulheres quase não tinham acesso a um pedaço de terra próprio ou a créditos agrícolas e, se tinham, com muitas dificuldades. Até recentemente, as mulheres do campo não dispunham de um documento pessoal próprio e não usufruíam de benefícios sociais. Mesmo as atuais políticas de reforma agrária tomam, como ponto de referência, o trabalhador rural masculino.

A partir da implementação das medidas decretadas pelo Estado, os poucos a beneficiarem-se delas foram, de forma especial, as famílias tradicionais e, nelas, quase sempre, os homens. As mulheres experienciaram um desfavorecimento muito claro nos programas do governo e nas leis. O título de posse dos terrenos concedidos pelo governo eram sempre dados ao homem da família. Além disso, a força de trabalho dos membros masculinos de uma família era avaliada com um valor superior ao das mulheres, o que ficou claramente visível em um sistema de pontuação empregado pelo INCRA no cálculo do tamanho do terreno equivalente para cada família, cujo critério específico era o sexo.<sup>13</sup> Famílias nas quais as mulheres assumiam, sozinhas, a responsabilidade pelo lar ou nas quais havia mais filhas do que filhos eram nitidamente mais prejudicadas na concessão das terras. Um outro fator que prejudicava as mulheres eram as tristes experiências no trabalho rural, uma vez que a sua força de trabalho era classificada como trabalho doméstico não remunerado e o seu trabalho rural era entendido,

---

<sup>13</sup> Neste sistema, homens na faixa etária entre 18 e 60 anos eram avaliados com um ponto, ao passo que as mulheres, apenas com 0,75 ponto. Entre jovens com idade entre 14 e 17 anos, os rapazes recebiam 0,75 e as moças, 0,5 ponto. E na faixa etária entre os 9 e 13 anos, os meninos recebiam 0,25 ponto e as meninas, 0,20 ponto (Cf. DEERE; LEÓN. *Empoderamento*, p. 129).

simplesmente, como ajuda – isso quando era tomado em consideração. Os próprios sindicatos rurais quase não representavam as mulheres, de tal forma que elas não podiam lutar pelo reconhecimento de sua parte no trabalho rural. Como consequência, as mulheres solteiras ou que não mais viviam com seu marido, não foram tomadas em consideração na concessão das terras, a menos que elas tivessem um filho maior de idade que, no caso, pudesse assumir o lugar do “chefe da casa”. As mulheres viúvas perdiam o direito a um pedaço de terra e tinham que deixar a colônia. Desta forma, a única alternativa que lhes restava era o trabalho temporário nas grandes plantações.

A conservadora modernização, acompanhada pelos processos de proletarização e empobrecimento no campo, trouxeram consigo tanto divisões e mudanças sociais e entre as classes, como uma reestruturação nas formas de agricultura familiar vigentes até então. O fator característico e determinante desses processos foi a subordinação do trabalho e da força de trabalho ao capital e uma separação, que continua até hoje, entre aqueles que dispõem da terra como meio de produção e aqueles cujo acesso a ela é sempre mais inviável.

As oligarquias agrárias e o agronegócio conseguiram, através de sua grande influência política, impor seus interesses econômicos. Durante os processos de expansão agroindustrial, as famílias camponesas tiveram que ser integradas na economia de mercado capitalista. Esse modelo agrícola voltado à grande indústria e com o objetivo de modernizar as regiões rurais produziu mudanças estruturais no campo que, por seu turno, modificaram, negativamente, de forma especial, a vida dos pequenos/as agricultores/as. Os grandes latifúndios expandiam-se e apropriavam-se sempre mais de pequenos terrenos. A apropriação de terras e a subordinação ao novo paradigma industrial acarretaram a crescente destruição das economias de pequenos agricultores e a expulsão dos camponeses de suas terras.

Era forte a esperança de que, após a ditadura militar, ocorresse uma mudança em toda esta situação e a implementação de medidas para uma reforma agrária, mas tudo isso não passou de uma grande decepção. Apesar de medidas como a criação do Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento, bem como o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em benefício dos sem-terra, arrendatários, trabalhadores rurais e pequenos agricultores/as, tendo por base o ainda vigente Estatuto da Terra, a palavra de ordem continuava permanecendo a proteção da propriedade privada. Não ocorreu, portanto, nenhuma redistribuição das

estruturas de posse da terra. A justiça, na distribuição, estava submetida aos interesses, necessidades e decisões do crescimento produtivo. Com isso tudo, tornou-se evidente que o que se queria era apenas o aumento da produção agrícola e não, de fato, resolver a questão da terra.

A busca por possibilidades de sobrevivência provocou uma diversificação da população rural e é resultado de um contexto condicionado reciprocamente e contraditório entre as estratégias de sobrevivência dos camponeses e os interesses do capital agroindustrial. Os processos de transformação no campo não só aprofundaram a divisão entre as classes sociais, como também seguiram dando continuidade à divisão de trabalho segundo o gênero ou mesmo produzindo-a de novas formas. Diversos são os aspectos que, no capitalismo agrário, prejudicam as mulheres, e o revelam como sendo um sistema orientado para a força de trabalho masculina. É um sistema que, de um lado, define sempre mais o trabalho rural como sendo algo do domínio do homem, visto que, através da tecnologização, muitos setores da agricultura têm-se tornado inacessíveis às mulheres e, do outro lado, a força de trabalho feminina é, em diferentes áreas, explorada.

De fato, durante os 20 anos de continuada ditadura militar (1964-1985), foram colocados os alicerces para a expansão da política econômica capitalista, neoliberal e globalizada, a qual foi, depois, implementada nos governos democráticos posteriores, de forma especial, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O seu governo foi marcado por amplas mudanças, também no setor agrário, em função do ajuste do país à política neoliberal. A política agrária de FHC caracterizou-se, sobretudo, pelo incentivo à expansão da agroindústria e por uma reforma agrária regulada segundo o mercado, a qual facilitava, especialmente, a compra e venda de grandes propriedades. O ambicionado crescimento produtivo do setor rural, através da tecnologização, trouxe consigo também um uso massivo de pesticidas nas lavouras, os quais tiveram consequências fatais tanto para o equilíbrio ecológico como para a vida das pessoas. Os efeitos de todos esses processos atingiram, novamente, as mulheres. Sendo responsáveis pela produção de víveres e pelo sustento da família, tornava-se, para elas, sempre mais difícil, produzir alimentos, oferecendo uma alternativa à monopolização das terras e aos gêneros alimentícios fabricados pela agroindústria. A destruição de seus campos tornou o cultivo de suas lavouras próprias praticamente impossível. Demonstrou-se, também, que as mulheres tiveram a sua saúde gravemente prejudicada devido ao

irrefreado emprego de pesticidas nas grandes plantações, onde a maioria delas trabalhava como trabalhadoras temporárias, e às insuficientes medidas de proteção durante o trabalho.

Mesmo a tão falada reforma agrária prometida por Luiz Inácio Lula da Silva, que ele tanto divulgou depois de sua primeira vitória eleitoral, em 2002, foi impedida em razão da aliança entre governo, agroempresas e credores estrangeiros. Fazendo-se um balanço dos dois mandatos do governo Lula, sob o ponto de vista dos movimentos sociais, o sentimento é de grande decepção. Ao invés das tão esperadas mudanças estruturais, deu continuidade àquilo que recebeu de seu precedente, isto é, privatizações, desregulamentação, política de juros altos e economia agroindustrial exportadora.

### **Segmentação de gênero nos processos de capitalização e exploração do trabalho feminino**

A explanação feita até aqui elucida como as mulheres pobres, sem terra e camponesas pertenciam e pertencem sempre mais ao grupo das mais atingidas pelas mudanças econômicas e pelas consequências da agricultura modernizada e orientada para a agroindústria. A elas não se impõe apenas a dupla carga de trabalho; elas precisam lutar, outrossim, pelos elementos mais elementares e necessários para a asseguarção de sua sobrevivência.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, a modernização e a tecnologização da agricultura provocaram o início de um processo de masculinização do trabalho rural. Os avanços tecnológicos privilegiavam a força de trabalho masculina, ao passo que as mulheres eram empregadas, sobretudo, em ocupações temporárias e na agricultura orientada para a exportação. Durante o período entre 1975 e 1985, a quota de participação das mulheres nos trabalhos temporários já havia subido para 30%. As mulheres procuravam trabalho, sobretudo, em lavouras de cana-de-açúcar, café, laranjas, algodão e nozes. A divisão do trabalho segundo o gênero continua até hoje no interior das relações de trabalho agrícola assalariado. Assim como em outras áreas de trabalho, a renda das mulheres, se comparada à dos homens, é claramente mais baixa. Embora as mulheres tenham que disponibilizar, de forma igual, a sua

<sup>14</sup> Cf. CRUMMETT, María de los Angeles. La mujer y la migración en América Latina. Investigación, políticas y perspectivas. In: DEERE, Carmen Diana; LEÓN DE LEAL, Magdalena. *La mujer y la política agraria en América Latina*. Bogotá, 1986, p. 209-227 (Aqui: p. 219. Citado, a partir daqui: CRUMMETT. *Mujer rural*).

força de trabalho para a produção, a sua força de trabalho era, e continua sendo, ainda hoje, avaliada como secundária, fato que se manifesta, claramente, nas condições de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres, isto é, nos contratos de trabalho, salários e seguridade social. O desfavorecimento das mulheres é igualmente legitimado em condições de trabalho que se sustentam sob a crença ainda existente de que o homem exerce o papel principal no sustento da família e de que a mulher, quando o consegue, gera apenas uma renda adicional, mesmo que isso, na realidade, na maioria dos casos, não equivalha às proporções reais. Apesar dessas mudanças, permanece existindo uma ideologia social que não reconhece o trabalho das mulheres como trabalho produtivo, mas que entende o trabalho feminino como uma força de trabalho adicional à do homem. As mulheres tem sido integradas, de forma contraditória, nos processos de produção capitalista sem, no entanto, receberem o pagamento equivalente. Isso significa que essas relações de trabalho avaliadas, conscientemente, de forma não capitalista, tornam-se um elemento essencial da exploração capitalista.

A maioria dos trabalhos que as mulheres realizam pertence, sobretudo, às categorias de baixa qualificação, com um salário inferior e relações de trabalho temporárias e incertas. Desta forma, perpetua-se a divisão do trabalho segundo o gênero, visto que as mulheres continuam sendo responsáveis pelo trabalho doméstico e as tarefas dele decorrentes.<sup>15</sup> Além de ter que iniciar de manhã, já bem cedo, o seu trabalho nas lavouras e plantações, a manutenção e o sustento de seus lares exigem-lhes dedicação plena também à noite e aos finais de semana. Logo, as mulheres experienciam uma dupla exploração. Isso corresponde a uma tendência nos assim chamados países do sul, onde as mulheres constituem 50% da população trabalhadora e são responsáveis, simultaneamente, por 100% da reprodução e segurança alimentar.

A integração da mulher no mercado de trabalho rural ocorreu condicionada por seu gênero específico e significou, sobretudo, a exploração de sua força de trabalho e um acesso mais restrito ao mercado de trabalho e à autonomia econômica com direitos iguais. Isso parece ser, aliás, um traço característico de uma nova fase na exploração do trabalho feminino. Isso espelha também a consideração para com as mulheres no Estatuto do Trabalhador Rural. Enquanto a mão de obra feminina possuía, antes, certa relevância em relação à reprodução das forças de

---

<sup>15</sup> Cf. CHIAPPE. *Mujeres rurales*.

trabalho, o seu papel adquire, durante a progressiva modernização, um novo significado para o capital. As emergentes ocupações temporárias, precárias, inseguras e com baixos salários, são assumidas por mulheres, que, na maioria das vezes, entendem o seu trabalho meramente como um ganho adicional para a sua renda familiar. Muitas empresas fazem, previamente, um teste de gravidez ou recusam-se a empregar mulheres grávidas.

Nos processos de modernização capitalista, a força de trabalho feminina é, de um lado, sempre menos reconhecida e, do outro, sempre mais explorada economicamente, tal como aparece refletido no crescente número de mulheres em relações de trabalho assalariado. Como causas para isso, poder-se-ia citar o agravamento da crise econômica por meio das políticas neoliberais e os processos de empobrecimento das regiões rurais dela resultantes. Como consequência de salários insuficientes, também o papel do homem como responsável pelo sustento da família tem-se dissolvido sempre mais, e as mulheres começaram a buscar alternativas e estratégias que lhes pudessem gerar uma renda, a fim de contrabalançar a precária situação econômica da família. A crise da dívida do início dos anos de 1980, a estagnação do sistema de substituição de importações e os programas de ajustamento estrutural introduzidos tiveram efeitos negativos sobre a qualidade de vida de uma grande parcela da população, especialmente das mulheres.<sup>16</sup> Fazia parte da estratégia das políticas de ajustamento estrutural que as mulheres, através do seu comprometimento e do seu tradicional papel reprodutivo, compensassem os deficitários serviços públicos.<sup>17</sup> Isso significou, para elas, não apenas uma intensificação de seu trabalho reprodutivo, mas implicava, outrossim, assumir trabalhos produtivos para assegurar o sustento da família. Deste modo, a carga dobrada de trabalho tornou-se, para as mulheres, sempre maior. Acrescente-se, ainda, o fato de que as mulheres, apesar de estarem sempre mais envolvidas com atividades fora de casa, continuam sendo atingidas, de múltiplas formas, pela

---

<sup>16</sup> Os cortes orçamentários feitos pelo estado no setor social (p. ex., na saúde, educação e moradia) e a crescente privatização, visando, com isso, diminuir a dívida externa, significou, para as mulheres uma extensão do trabalho doméstico de cuidado e manutenção no que diz respeito ao cuidado dos filhos, doentes ou idosos (Cf. CRASKE, Nikki. *Gender, Poverty and Social Movements*. In: CHANT, Sylvia; CRASKE, Nikki. *Gender in Latin America*, New Brunswick; New Jersey, 2003, p. 46-70 (Aqui: p. 57).

<sup>17</sup> CRASKE, *Gender*, p. 57.

pobreza. Assim sendo, elas não são, efetivamente, consideradas seja na concessão de benefícios, seja em programas políticos como, por exemplo, medidas trabalhistas, as quais são permeadas pela ideologia do modelo de sustentação da família por parte do homem e, vinculado a isso, pela divisão do trabalho caracterizada pelo gênero entre as esferas produtiva e reprodutiva. Tanto a remodelação do mercado de trabalho como uma grande integração da força de trabalho feminina ocorreu, especialmente, no setor que oferecia os salários mais baixos. Na agricultura modernizada, as mulheres têm assumido, sobretudo, os trabalhos mais simples e rotineiros, além de serem, via de regra, as mais prejudicadas quando da extinção de um local de trabalho devido à mecanização.

### **Reforma agrária e mudança de relações sociais (de gênero)**

A história tem demonstrado como, através dos desenvolvimentos históricos, políticos e econômicos, a terra, que deveria estar à serviço da vida da pessoa humana e, portanto, à disposição de todos como recurso natural, tornou-se propriedade privada e privilegiada de poucos e um meio de produção de riqueza. Devido ao fato de que a regularização da terra e do acesso a ela tenha sido feita, sobretudo, em base à posse da propriedade privada, estabeleceu-se um mecanismo de exclusão o qual provocou uma diferenciação entre a população rural e gerou o desenvolvimento de diferenciados sistemas de produção agrícola, começando por economias de subsistência familiar, até a produção de plantações lucrativas agrocapiatalistas. Esses processos caracterizam-se por uma desigualdade social extrema. Uma grande massa dos segmentos da população, empobrecidos e explorados, encontra-se, ainda hoje, diante de uma parcela sempre menor de proprietários que controlam o meio de produção mais necessário para a vida, a saber, a terra. A execução da reforma agrária, no sentido de uma mudança fundamental das relações de produção e propriedade e da transformação estrutural das relações sociais, ainda não aconteceu. Este, aliás, continua sendo um dos maiores desafios do Brasil e encontra-se no centro das lutas dos movimentos sociais rurais.

A agricultura familiar, que surgiu, entre outros fatores, da necessidade de uma economia de sobrevivência, é parte de um sistema baseado na exclusão e na exploração. Assim, o capitalismo agrário fez uso de um modelo de vida e de economia patriarcal de pequenos

produtores rurais. Os mecanismos de exclusão manifestaram-se, para as mulheres, na forma de um crescente desprezo de seu trabalho rural que se dava junto à exploração de sua força de trabalho. No desenvolvimento dos processos agrocapitalistas, pertencem as mulheres, àqueles/as que mais estão expostas à discriminação, que se dá de múltiplas formas. Uma complexa interação dos mais variados mecanismos de ordem cultural, estrutural e institucional justificam a perpetuação de estruturas que favorecem a opressão de mulheres no campo. A opressão de mulheres existe tanto no interior das famílias como na esfera das leis e de uma política agrária que as desfavorece ou as deixa do lado de fora. A discriminação delas manifesta-se, igualmente, na divisão do trabalho segundo o sexo, bem como em possibilidades muito limitadas de adquirir terra, receber crédito ou de qualificar-se profissionalmente no setor agrícola.

O papel das mulheres dentro da evolução do capitalismo agrário revelou também que elas são estruturalmente desfavorecidas nas mais diversas esferas, quais sejam, na família, em instituições e estruturas políticas, assim como na dimensão econômica. A reivindicação de uma reforma agrária, a qual deve ser entendida, na perspectiva dos movimentos sociais, como um projeto emancipatório no campo, almeja uma mudança de paradigma fundamental, isto é, o abandono de um modelo agroindustrial exportador e a opção por uma agricultura ecológica e sustentável, cuja prioridade seja a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Para a Via Campesina, a reforma agrária é um elemento essencial para a democratização do campo, da economia e da sociedade. Compete aos agricultores/as a tarefa de cultivar a terra para a sobrevivência de suas famílias, mas também para garantir a soberania alimentar da população. Por isso, a terra pertence, de forma toda especial, àqueles/as que a cultivam (a terra para quem trabalha). Um projeto emancipatório no campo que implique uma ampla mudança da sociedade significa também uma mudança nas relações de gênero. Isso supõe também a necessidade de uma crítica às estruturas patriarcais da agricultura familiar e do campesinato. Se o campesinato é entendido como uma forma de sociedade alternativa às relações capitalistas, então precisa-se, necessariamente, discutir também as suas condições essenciais, as estruturas familiares e a relação socioeconômica para com a terra como bem comum. Na questão da reprodução do campesinato, a pergunta sobre o papel das mulheres e das relações de gênero exerce um papel central.

Descontentes com a sua situação de desfavorecimento, as mulheres camponesas começaram a organizar-se, a partir de meados dos anos de 1980, em grupos e iniciativas. Um dos motivos pelos quais as mulheres passaram a associar-se em movimentos de mulheres foi que, pertencendo a movimentos de ambos os sexos como, por exemplo, os sindicatos e o Movimento dos Sem-Terra, elas achavam que suas exigências e interesses específicos não eram levados suficientemente em conta. Era a luta pelo reconhecimento de seu trabalho rural, de sua força de trabalho e dos direitos a elas ligados (aposentadoria, licença maternidade e segurança de saúde). Muitas das mulheres provinham do movimento sindical, onde antes já lutavam por uma maior participação e pela reivindicação de seus direitos.

### **As camponesas resistem – as origens da organização**

O ano de 1986 pode ser considerado o ano de fundação do movimento de trabalhadoras rurais, embora não oficialmente. Antes mesmo de sua organização autônoma, as mulheres já haviam começado a lutar por seus direitos, seja dentro dos sindicatos, seja no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ao lado dessas iniciativas das mulheres nos contextos sindicais, formaram-se, em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, grupos de mulheres independentes, sob a denominação de “Grupo de Mulheres da Roça”. A CPT atuou como uma instância mediadora central na organização e coordenação desses grupos. Os seus encontros ofereceram um espaço de intercâmbio e possibilidades de contatos, cujo resultado foi a “Organização de Mulheres da Roça”. Essa organização autônoma de mulheres fora de contextos tradicionais, contudo, não se desenrolou isenta de conflitos. Grande foi a resistência que as mulheres encontraram tanto nos sindicatos, incluindo as mulheres lá engajadas, como nos partidos políticos e mesmo nas comunidades de seus próprios povoados. As sindicalistas interpretaram a Organização das Mulheres da Roça como concorrência e como sendo um movimento de dissociação. As participantes do movimento eram acusadas, em relação às suas famílias, de descuido ou negligência de suas “obrigações de mãe e dona de casa”. A Igreja desempenhou, nesta situação, uma importante função legitimadora. Mas apesar da grandes resistências que, de todos os lados, se apresentavam às mulheres, continuaram a ocorrer ações e mobilizações, seja no interior da Igreja, seja através do apoio dos encontros da CPT. Consequentemente, a organização, em seus

inícios, era fortemente marcada e caracterizada pela dimensão religiosa ou mesmo eclesial. As resistências externas não foram a única razão por que as mulheres buscavam apoio nos contextos eclesiais e religiosos. Neles, as mulheres encontravam práticas e lugares conhecidos, onde temas políticos eram mediados e onde elas encontravam motivação para o seu engajamento político. Leituras bíblicas iluminavam reflexões político-religiosas sobre as realidades de vida e a prática das mulheres.

Já em 1986, no primeiro encontro nacional de mulheres camponesas, em São Paulo, o qual havia sido convocado com o apoio do MST e da CUT, existiam esforços para a criação de um movimento nacional de trabalhadoras rurais. Devido à carência de estruturas organizativas estabelecidas das organizações e grupos existentes, as quais se apresentavam como pré-requisitos necessários para uma união nacional, teve-se que, num primeiro momento, limitar-se a alianças regionais. Seguiram-se a este primeiro congresso em nível nacional, nos anos seguintes, outros grandes encontros e reuniões para a organização das trabalhadoras rurais. Em 1987, houve a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste (MMTR) e, dois anos depois, a fundação de um movimento com o mesmo nome no sul do Brasil.

Com o nome “Movimento de Trabalhadoras Rurais”, ao invés de “Mulheres da Roça”, desejava-se salientar e evidenciar o trabalho rural das mulheres, isto é, que as mulheres, tanto quanto os homens, realizam um trabalho rural produtivo e entendem-se como trabalhadoras rurais. Além disso, o conceito “trabalho rural” compreende todo o trabalho agrícola e possui, por isso, um caráter muito mais amplo do que aquele de “roça”, cujo sentido restringe-se mais ao trabalho nos campos. Em razão da grande participação das mulheres nos processos de discussão, chegou-se à conquista de incluir na Constituição o reconhecimento da profissão do trabalho rural feminino. Em 1988, os diversos movimentos de trabalhadoras rurais dos cinco estados do sul do Brasil<sup>18</sup> interligaram-se formando a AIMTR-SUL (Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul). Em 1989, as associações já estavam de tal forma consolidadas, que as organizações regionais passaram a ser um movimento de trabalhadoras rurais autônomo e estadual, sob a denominação de “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – RS (MMTR-RS). Almejando tornar-se um movimento de massa, o MMTR estava aberto a todas as trabalhadoras rurais. Os princípios

<sup>18</sup> Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

mais importantes eram a democracia popular e a participação direta de todas as mulheres que se associavam ao movimento. Como orientação às situações concretas das mulheres e às exigências que disso adivinha, desenvolveram-se diretrizes políticas. Não obstante o MMTR se entendesse como organização autônoma, ele cooperava e interligava-se com outros movimentos rurais.

Desde o início dos anos de 1990, havia esforços de unificar os diferentes grupos e organizações em uma aliança. Em 1995, através da fundação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), alcançou-se o tão almejado objetivo de formar uma aliança nacional. Num congresso nacional de trabalhadoras rurais, no qual estavam representadas mulheres de 17 estados e diferentes grupos, organizações e movimentos, tomou-se a decisão de criar a rede nacional ANMTR. Através desta articulação, dever-se-ia criar uma aliança que estivesse, simultaneamente, consolidada nos grupos locais e articulada em nível nacional, a qual, através da ligação nas mais diversas lutas locais específicas, alcançasse possibilidades de ação política mais forte em nível nacional. A sede da secretaria nacional estabeleceu-se em Passo Fundo.

AANMTR é formada pelos MMTRs de cada estado, pelas mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todos os movimentos estão muito engajados na formação de uma união das organizações de mulheres do campo. Pertenciam, igualmente, ao movimento, mulheres dos sindicatos rurais e muitos outros grupos organizados exclusivamente por mulheres, como, por exemplo, indígenas, pescadoras e quebradeiras de coco babaçu. Internacionalmente, a ANMTR é membro da organização de camponeses da Via Campesina e da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC).

## **Do ANMTR ao movimento de mulheres camponesas**

O sucesso das mobilizações e a participação sempre mais numerosa das mulheres levou-as a fundar, no congresso realizado de 5 a 8 de março de 2004, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, um movimento nacional de mulheres camponesas.

Era necessário passar de uma aliança que cooperava em ações particulares e campanhas para um movimento que se parecesse a outros movimentos rurais nacionais. Acrescenta-se o fato de que existiam

coincidências e similaridades com os MMTRs de cada Estado tanto nos conteúdos como no pessoal e, além disso, os MMTRs faziam parte do MMC nacional (Movimento das Mulheres Camponesas), enquanto organizações estaduais. As mulheres pretendiam, através da formação de um movimento em nível nacional, “[...] unificar e fortalecer a luta dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em todo o Brasil”.<sup>19</sup> Dever-se-ia, em primeiro lugar, fortalecer, interiormente, uma identidade comum e congregar forças e, ao mesmo tempo, alcançar, exteriormente, uma grande visibilidade e possibilidades de intervenção política. Pois um movimento de caráter unificante, isto é, entendido como um sujeito coletivo que possui uma identidade comum, é muito mais forte que uma simples rede nacional. As mulheres queriam expressar, também, através da mudança de nome, o seu caráter de movimento, a sua autocompreensão e o seu posicionamento ideológico. No lugar de *trabalhadoras rurais*, irrompeu o conceito de *camponesas*. Este conceito abrangeu todo o trabalho agrícola das mulheres (pequenas agricultoras, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu etc.). O denominador comum entre essas diferentes atividades é a produção de alimentos e a luta por possibilidades de sobrevivência através da manutenção do campesinato. O conceito camponesas deveria, portanto, chamar a atenção para a importância das mulheres como produtoras de gêneros alimentícios, não apenas para a sustentação de suas próprias famílias, mas para a sociedade no seu todo. A questão central da segurança alimentar implica a reabilitação de conhecimentos tradicionais no cultivo e o uso de diferentes sementes para a produção da maior variedade possível de víveres.

Ao lado do caráter inclusivista do nome *camponesa*, que integra as realidades múltiplas das mulheres do campo, ele deveria tornar evidente o contraste entre a economia de subsistência rural familiar e a compreensão capitalista de força de trabalho, a qual deve estar à disposição do mercado. Para as mulheres, o conceito de *trabalhadora rural* estaria sujeito ao perigo da usurpação capitalista. É preciso, ainda, acrescentar que o termo “trabalhadora rural” deve ser empregado, criticamente, a partir de uma perspectiva histórica, visto que ele surgiu em um contexto colonial e em relações de trabalho capitalistas e, por esta razão, segundo a opinião das mulheres, está também vinculado a condições históricas concretas.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.landaction.org/display.php?article=192>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

A relevância e centralidade que elas, até hoje, atribuem a este aspecto encontra expressão em seu lema, cuja origem remonta ao congresso de fundação: “Fortalecendo a luta em defesa da vida”. Esta sentença tornou-se um *slogan* militante e o título de diferentes campanhas e protestos que giravam em torno da questão da segurança alimentar, proteção das sementes e plantas medicinais, solo, água e preservação da biodiversidade. Sendo um movimento popular feminista, socialista e consciente das classes sociais, as camponesas lutam por um modelo alternativo a partir da perspectiva das mulheres, isto é, ecológico e economicamente sustentável.

O MMC é um movimento estruturado em diversas esferas, assemelhando-se, assim, ao MST. Dentre as mulheres, pode-se citar grupos de base local e associações comunitárias e regionais, que, através de suas representantes, formam uma coordenação estadual. Os diferentes níveis de organização convergem todos na coordenação nacional, a qual é composta por duas delegadas de cada Estado em que o MMC atua. Além disso, existem diversos outros grupos de trabalho (lutas sociais, formação, finanças, organização, relações internacionais e comunicação). A instância máxima de decisão do MMC é o congresso nacional, que ocorre a cada três anos. Nele, são estabelecidas diretrizes políticas e estratégias para aprofundar os processos de organização e mobilização nos diferentes Estados. Uma comissão de dez representantes da equipe de coordenação nacional, bem como representantes dos grupos de trabalho garantem a implementação das resoluções do congresso nacional. Atualmente, o MMC está organizado em dezoito Estados brasileiros. O seu escritório nacional encontra-se em Brasília (DF) e a secretaria nacional, em Passo Fundo (RS).<sup>20</sup>

Apesar de sua estrutura ser altamente centralizada, a implementação do maior grau possível de democracia popular é uma de suas maiores preocupações. As mulheres das bases, as agricultoras, deveriam não apenas apresentar suas preocupações e demandas, mas ajudar a dar forma ao movimento através de suas próprias contribuições. São realizados também encontros locais para trocas de experiências e para a formação da consciência crítica. Os pontos temáticos mais importantes devem ser trabalhados e discutidos nos diversos níveis da organização, iniciando pelos grupos locais, passando pelo nível regional e chegando até ao nível

---

<sup>20</sup> Cf. <[http://www.mmcbrasil.com.br/menu/organizacao\\_por.html](http://www.mmcbrasil.com.br/menu/organizacao_por.html)>. Acesso em: 10 set. 2009.

nacional. A coordenação geral é composta por representantes de todos os grupos e níveis.

### **Raízes ideológicas do movimento: as Igrejas e os Sindicatos**

Já nos inícios de sua organização, são claras as duas vertentes de tradição, a partir das quais são fundados os movimentos de mulheres do campo: as igrejas e os sindicatos. As mulheres foram muito apoiadas, tanto de modo teórico como prático, por movimentos eclesiais progressivos, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pessoas que, orientadas pela Teologia da Libertação, estavam social e pastoralmente engajadas, tais como religiosos/as, leigos/as, sacerdotes e pastores/as. É preciso salientar que a Igreja e a Teologia da Libertação tiveram, ao lado das influências sindicais, um papel central na fase de fundação dos movimentos de mulheres camponesas. Muitas das participantes dispunham de um passado eclesial marcado pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) entre os anos de 1960 e 1970. As Comunidades Eclesiais de Base eram um lugar de formação da própria consciência e alfabetização política, especialmente para as mulheres que, tendencialmente, tinham menos possibilidades de participação política. As CEBs faziam parte daqueles movimentos que muito lutaram pelos direitos humanos e pela democracia. Nelas viveu-se um modelo de Igreja que entendeu a comunidade como sendo comunidade de vida e de ação, para a qual resistência e espiritualidade, fé e vida caminham sempre juntas.

No final dos anos de 1980 e, principalmente, durante os anos de 1990, houve, dentro da Igreja, fortes tendências contra a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base, que queriam, ao contrário, restabelecer novamente o clericalismo e claras estruturas hierárquicas. A evolução deste processo foi acompanhada por um crescente afastamento da Igreja das questões sociais e do comprometimento político. Como consequência, o movimento das mulheres, assim como outros movimentos sociais, passaram a ser reprimidos pela Igreja. Além disso, a discriminação estrutural das mulheres incentivava, especialmente dentro da Igreja Católica, o afastamento das mulheres, já que, nas igrejas, suas preocupações eram sempre menos ouvidas e aceitas.

Esta situação esclarece um aspecto, entre tantos, da razão pela qual as mulheres tomaram a iniciativa de organizar-se por conta própria, já que, tanto nos movimentos sociais como na Igreja, não havia,

para elas, um espaço em que pudessem lutar de forma adequada por seus direitos. Apesar da tendente estagnação que, nos anos de 1990, invadiu os movimentos sociais, o movimento das mulheres camponesas conseguiu fortalecer-se. Crescia sempre mais o número de mulheres que se associava e desenvolvia, em conjunto, os mais variados tipos de ações criativas de protesto e resistência.

Prova de sua capacidade de ação e força são os avanços alcançados através de protestos em conjunto, como, por exemplo, as bem sucedidas campanhas realizadas para o reconhecimento legal de sua profissão como trabalhadoras rurais e a concessão de um documento pessoal próprio e do Bloco de Produtor.<sup>21</sup>

### **Um movimento feminista, socialista e classista**

Sendo um movimento democrático, socialista, feminista e consciente da pertença à classe menos favorecida, o MMC, tal como outros movimentos sociais, engaja-se por uma transformação fundamental da sociedade, no sentido do *projeto popular*, tomando em consideração, de forma especial, a mudança das relações de gênero. Isso porque as desigualdades de gêneros e a opressão das mulheres devem ser discutidas junto à questão das classes e à questão das desigualdades sociais. Compreender a experiência das mulheres vinculada às relações sociais e, inversamente, observar também as repercussões dessas mesmas experiências na sociedade é o ponto central e decisivo da análise teórica e das formas de ação política que dela resultam. Trata-se de reconhecer a relação recíproca entre os níveis micro e macro e ver, com isso, também, as lutas cotidianas no contexto das lutas sociais e globais.<sup>22</sup> Uma mudança sustentável e a longo prazo das relações de vida das pequenas agricultoras só pode acontecer dentro de um projeto social abrangente.

Assim, o comprometimento das mulheres volta-se para a construção de um modelo econômico solidário e sustentável no qual a

---

<sup>21</sup> Documento de identificação do trabalhador/a rural. Até duas pessoas podem ser cadastradas como titulares do documento e até cinco outras pessoas como produtores-participantes. Isso é significativo para propriedades rurais familiares pois ambos, no casal, podem ser registrados como legítimo/a agricultor/a. O reconhecimento de trabalhador/a rural conferido através disso está associado também ao acesso a benefícios sociais como, p. ex., auxílio-doença.

<sup>22</sup> Cf. SCHAAF. *Mulher rural*, p. 429.

família inteira é reconhecida, de maneira igual, como protagonista. Isso significa ir muito além da exigência de condições e possibilidades para uma economia agroecológica. Visa-se alcançar direitos sociais, econômicos e políticos iguais, tanto para homens como para mulheres e, com isso, a mudança das relações sociais no contexto social e familiar. Nas lutas das mulheres, reúnem-se as diferentes dimensões das relações de opressão: “sonham e brigam por muitas terras, combinando resistência com investimento por mudanças na classe, no gênero e nas relações com o meio ambiente [...]”.<sup>23</sup>

Sempre foi uma preocupação central do trabalho de conscientização, já desde o início do processo de organização das mulheres, nos anos de 1980, que elas pudessem ver e reconhecer a sua realidade de vida a partir de uma outra perspectiva e que elas não têm apenas deveres, mas também direitos. Além disso, o MMTR queria, assim como o MMC, hoje, também o deseja, oferecer um espaço alternativo “[...] no qual as mulheres vão construindo uma identidade feminina rural diferenciada da vida cotidiana”.<sup>24</sup> A situação específica e as condições de vida das mulheres do campo constituíram o ponto central e essencial do trabalho “feminista” e de libertação das mulheres.

Tal como em outros movimentos populares de mulheres, a resistência e o protesto acontecem partindo-se dos papéis tradicionais da mulher como mãe e dona de casa, e suas exigências também são formuladas a partir da discriminação experienciada nestes papéis. As lutas pela terra e condições favoráveis para a produção de alimentos são, por exemplo, preocupações que estão estreitamente ligadas ao seu papel de sustentar a família. Porém, ao mesmo tempo, as mulheres camponesas são também capazes de superar os limites dos estereótipos sociais de gênero culturalmente impostos e redefinir a sua identidade e os seus papéis de forma nova, à medida que elas exercem, de forma criativa, resistência e protesto, reivindicam seus direitos e trazem para a consciência pública a relevância social do trabalho rural das mulheres.

Através de sua atividade política no seu papel de agricultoras e produtoras de alimentos, aquilo que era privado passou, então, a ser político, no contexto das realidades de vida de mulheres pobres do campo.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> ABRAMOVAY; GARCIA CASTRO. *Mulheres Trabalhadoras rurais*, p. 62.

<sup>24</sup> SCHAAF. *Jeito*, p. 188.

<sup>25</sup> Esse modo de proceder das mulheres camponesas é comparável ao engajamento das mulheres pobres nas periferias urbanas.

Devido, porém, às restrições que existiam em relação ao feminismo entre os grupos populares de mulheres, os MMTRs distanciaram-se, num primeiro momento, dessa autodenominação, ainda que o seu discurso e a sua prática tivessem sido bem diferentes.

Enquanto muitas dirigentes também hesitam em ver-se como feministas, devido à sua exposição pública a uma linguagem normalmente associada ao feminismo, seus discursos e falas estão recheados de expressões como gênero, produção e reprodução e opressão da mulher.<sup>26</sup>

Nos inícios, colocava-se no centro, sobretudo, o papel produtivo das trabalhadoras rurais. Porém, com o passar do tempo, foram-se adicionando outros temas, que se concentravam, mais fortemente, sobre os direitos pessoais e individuais das mulheres, especialmente no campo da saúde e da sexualidade. Neste sentido, eram escolhidos, sobretudo, temas que confrontavam o papel das mulheres mãe e esposa e, com isso, a responsabilidade pelo sustento da família.

Temas que diziam respeito aos direitos individuais, como, por exemplo, violência sexual, homossexualidade e aborto, que eram, ao mesmo tempo, na cultura conservativa, patriarcal e rural, tabus ou altamente controversos, eram deixados, num primeiro momento, de lado e só começaram a ganhar relevância com o passar do tempo. Aliás, posições explicitamente feministas passaram a ganhar, no decorrer dos desenvolvimentos posteriores, uma aceitação sempre maior. E assim, o movimento especificou e concretizou dois aspectos essenciais os quais encontraram expressão em suas lutas e permanecem centrais até hoje. Provocar uma mudança da situação de vida de mulheres pobres, na zona rural, significa, primeiramente, fazer valer os direitos à liberdade de decisão individual, assim como o reconhecimento de um status civil igual; do outro lado, uma confrontação crítica com as relações de gênero existentes e a divisão de trabalho conforme o gênero, as quais ainda atuam, de forma muito efetiva, nas sociedades rurais tradicionais. Com a inclusão de posições e demandas feministas, os próprios temas foram modificando-se e outros novos foram sendo adicionados. Corpo, construções do corpo e sexualidade foram problematizados em base a uma análise crítica das relações e gênero, visando alcançar uma relação

---

<sup>26</sup> STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre, 1996, p. 29-61 (Aqui: p. 50).

autodeterminada para com o próprio corpo, incluindo a sexualidade. Partindo-se da categoria central “corpo”, pôde-se, ademais, ampliar o arco de temas para outras tantas temáticas que foram brotando da análise e das experiências pessoais e diretamente corporais, como, por exemplo, a saúde, a violência sexista na família, mas também as consequências da violência estrutural, que se manifesta na vida das mulheres. Na afirmação de Luciana Passinato Piovesan, membro da Coordenação Nacional do MMC, torna-se clara a mudança da autocompreensão do movimento: “somos feministas e trabalhadoras”.<sup>27</sup>

Com isso, a começar pelos MMTRs locais e regionais e chegando até o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em nível nacional, são esboçados tanto os desenvolvimentos essenciais como os conteúdos dos discursos e posições. Enquanto os MMTRs se organizam com base nas necessidades locais e concretas e com interesses a médio prazo, o MMC entende-se como movimento feminista, que é parte das lutas sociais por mudanças na sociedade.

Pode-se dizer, em forma de síntese, que as lutas das mulheres camponesas, as quais buscam a realização de um *projeto popular de agricultura camponesa*<sup>28</sup> a partir de uma perspectiva feminista, concentram-se sobre a mudança da atual economia familiar, que garante a soberania alimentar e possibilita novas relações sociais, superando dicotomias hierárquicas de gênero, no horizonte de um projeto de transformação da sociedade inteira.

Olhando para trás, é possível constatar que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), durante mais de duas décadas de constante organização e mobilização, conseguiu tornar-se uma força política. O fato de se ter conseguido mobilizar tantas mulheres a participar de diversos tipos de ações, sejam elas demonstrações, protestos ou seminários, comprovam as conquistas de suas lutas, bem como o seu potencial. O MMC é, para inúmeras mulheres camponesas desfavorecidas, um lugar onde elas aprendem a confrontar-se com as suas situações, a levantar as suas vozes e a atuar coletivamente em mudanças sociais e políticas. Esta força do movimento manifesta-se também no nível de auto-organização alcançado. Pois, mesmo sem apoio externo

---

<sup>27</sup> FERRARI, Sergio. *Camponesas e feministas ... contra uma opressão dupla*. Entrevista com Luciana Passinato, 30 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=15030>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

<sup>28</sup> Cf. <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>>. Acesso em: 30 set. 2009.

– da Igreja ou dos sindicatos – as mulheres estão em condições de lutar por seu direito à terra e à vida.

### **A participação das mulheres nos movimentos sociais e a transformação de suas condições de vida**

Usando o exemplo do MMC e tomando as afirmações de suas próprias participantes, pesquisou-se o significado da participação de mulheres em movimentos sociais em relação a mudanças positivas das suas próprias situações de vida, sejam elas no aspecto econômico, social e político, sejam elas no aspecto privado e familiar. Isso ocorreu também sob a pergunta: Em que medida isso ativa processos de libertação que, superando o nível micro do contexto individual e familiar, provoquem, também, mudanças sociais? Isso implica, ao mesmo tempo, um debate acerca das estratégias políticas e alternativas para a mudança das relações de gênero no contexto das lutas por um outro projeto de sociedade, que é sugerido pelo MMC. Investigou-se, além disso, que significado assumem, atualmente, espiritualidade, Igreja e religião, tanto no movimento como nas lutas políticas das camponesas, em face às relações modificadas da Igreja e dos movimentos sociais.

A seguir, serão apresentados, à guisa de conclusão, os resultados essenciais da pesquisa. Eles não são entendidos como análises concluídas e fechadas em si mesmas, mas tentam, antes, refletir observações que, por sua vez, deveriam servir para discussões posteriores destes temas dentro dos movimentos sociais.

A pedagogia libertadora e a formação da consciência, no sentido da pedagogia freireana, tomam, como ponto de partida, o mundo de vida do próprio sujeito atingido. As características essenciais da situação das mulheres camponesas e dos fundamentos econômicos, sociais e ideológicos de seu desfavorecimento foram acima delineados. Evidenciou-se, como tese central, que a questão e a mudança das relações de gênero não podem ser deixadas de fora na luta por um projeto social alternativo. Ao mesmo tempo, caso se queira entender a produção de relações de gênero hierárquicas e desiguais, faz-se necessária uma compreensão dos mecanismos do capitalismo. Junto a isso, deve-se analisar a reciprocidade entre as assim chamadas relações e estruturas “privadas”, isto é, familiares, e os condicionamentos econômicos e sociais.

A realidade de vida de inúmeras mulheres camponesas, assim como o seu duplo desfavorecimento, em razão de seu sexo e de sua pertença

à classe social das trabalhadoras rurais, demonstra a necessidade de se trabalhar a autocompreensão das mulheres, a sua identidade e um processo de empoderamento. O trabalho em processos positivos de formação da identidade, associado a mudanças de relações de gênero repressivas e compreensão de papéis são os grandes desafios que o MMC assumiu para si. Isso significa que as mulheres precisam aprender a se compreender como sujeitos capazes de ação, a valorizar-se e a desenvolver uma identidade que não seja restrita apenas à sua função familiar e aos papéis de dona de casa e mãe.

A submissão, transmitida através das normas culturais e interiorizada pelas mulheres, apresenta-se como um dos maiores problemas e dificuldades a serem trabalhados no processo da formação da consciência e do tornar-se sujeito/a. Muitas das mulheres não atribuíam o seu desfavorecimento às injustiças estruturais do sistema, senão à sua falta de competência e a uma pretensa disposição natural de papéis. Assim, reproduzem-se, mesmo entre as mulheres, relações de dominação; isso manifesta-se, claramente, na falta de solidariedade entre elas mesmas. O MMC sofre, por essa razão, a crítica de mulheres que consideram inconveniente a participação num movimento social e na resistência política contra as injustiças experienciadas.

Caso se trate, portanto, de lutar por um novo modelo agrário, cuja base esteja fundamentada na agricultura familiar, isso significa romper com as ideologias que estão por trás de tudo isso, pois a própria agricultura familiar fundamenta-se sobre desigualdades de gênero. Por isso, é necessário que se discuta a questão de um outro modelo de *agricultura familiar* e de *campesinato* que supere a estrutura familiar patriarcal.

## **Superando ideologias de gênero**

O colonialismo exerceu um papel muito importante na construção ideológica de relações de gênero e do modelo familiar. Desde o período colonial, a Igreja Católica foi a instituição de caráter ideológico e religioso monopolizador que influenciou, decisivamente, segundo o modelo europeu e cristão, a formação das assim chamadas novas sociedades emergentes. A religião exerceu uma função central no estabelecimento de um modelo de exploração político e econômico, de legitimação de relações de dominação, assim como na imposição de um sistema de normas e valores o qual determina, até hoje, a cultura oficial.

Contudo, durante o colonialismo, não apenas se impôs a hegemonia da cultura colonial europeia sobre os povos autóctones, mas estabeleceu-se, também, um sistema de dominação patriarcal.<sup>29</sup> A imposição de um cristianismo ocidental patriarcal estabeleceu uma supremacia tanto europeia como masculina. Com os colonizadores europeus invasores, que encontraram a sua legitimação no cristianismo, chegou também a padronização da sexualidade, das relações de gênero, dos modelos de papéis e das estruturas familiares. Por conseguinte, a teologia assumiu, durante este nefasto contexto do cristianismo e colonialismo, uma função de legitimação e de produção ideológica. A estrutura hierárquica socioeconômica de um modelo familiar patriarcal encontrou a sua legitimação ideológica na moral heterossexual defendida pela Igreja Católica, que vê a família como o verdadeiro lugar do amor vivido entre homem e mulher, o qual encontra expressão viva na procriação da prole.<sup>30</sup> Desta forma, produzem-se, ao longo do eixo dos gêneros, estruturas de sujeito-objeto, nas quais os homens controlam não apenas o próprio corpo, mas, especialmente, o das mulheres. Enquanto os homens se constituem como sujeitos, o corpo feminino é pensado apenas como objeto de controle e determinação masculina. A supremacia masculina e a submissão feminina foram instituídas como algo dado pela natureza e puderam, por isso, atuar como mecanismos de controle e opressão contra as mulheres. Divulgou-se, na cultura dos mestiços, um modelo produzido de mulher e mãe, através de um ideal propagado pela Igreja, baseado na pura, casta e imaculada Virgem Maria, a qual encontrou a sua mais significativa expressão no Marianismo e influenciou decisivamente a identidade da mulher latino-americana. Seguindo esse ideal, cabia às mulheres submeter-se de forma obediente, praticar a renúncia e concentrar a sua vida, sobretudo, no âmbito doméstico e familiar, o qual era regulado pelo controle masculino. Isso era acompanhado pelo desprezo de tudo o que era corporal, uma vez que era associado ao pecado, o que encontrou a sua expressão personalizada na figura de Eva, demonizada como sendo a prostituta, a sedutora e a pecadora. A

<sup>29</sup> Cf. PEREIRA, Nancy Cardoso. Verflucht, geil und ergeben. Frauen und Religion. In: GERSTENBERGER, Erhard S.; DEIFELT, Wanda (org.). *Hermeneutik – sozialgeschichtlich, Kontextualität in den Bibelwissenschaften aus der Sicht (latein) amerikanischer und europäischer Exegetinnen und Exegeten*. Münster, 1999, p. 199-214 (Aqui: p. 201).

<sup>30</sup> Cf. SCHOCKENHOFF, Eberhard. Crisis de la familia y cohesion social. In: *Diálogo político*, ano 23, n. 3, set. 2006, p. 11-20 (Aqui: pp. 12-15).

contraposição sexual ao modelo de mulher mariana, íntegra, submissa e sexualmente pura constrói a representação de uma masculinidade superior e mais elevada, o assim chamado machismo.

Através da “economia política do corpo”, de Michel Foucault, pode ser demonstrado como as mulheres mesmas internalizaram essa ideologia de mecanismos de dominação sexista e constantemente subordinaram-se a ela. Os processo de padronização e disciplinação do corpo masculino e da sexualidade, que atuam como técnicas de poder de submissão, iniciaram, na Europa, entre o fim da Idade Média e o início da Modernidade, e foram, durante o século XVIII, impostos a toda força.<sup>31</sup> O corpo encontra-se entre as complexas relações políticas de poder e está vinculado, sobretudo, à sua utilidade econômica. Isso significa que o corpo, de um lado, produz relações de poder e dominação e, do outro, a sua constituição como força de trabalho só é possível dentro de um sistema de subordinação.<sup>32</sup>

Os indivíduos isolados são integrados nas técnicas de poder de forma dupla. Assim, o indivíduo torna-se objeto, é vigiado e amestrado, aceita “os meios de coação de poder e acaba jogando-os contra si mesmo; ele internaliza a relação de poder na qual ele exerce, simultaneamente, ambos os papéis; ele torna-se o princípio de sua própria submissão”.<sup>33</sup> A internalização de técnicas de poder produz estruturas de sujeito-objeto ao longo do eixo dos gêneros no qual os homens não controlam apenas o seu corpo, mas, especialmente, o das mulheres. Esta ideologia, apoiada pela Igreja Católica de forma autoritária, servia, portanto, como um instrumento de subordinação contra as mulheres. Devido ao fato de ter ocorrido, com o passar do tempo, especialmente entre a população mais pobre, uma apropriação da Mariologia de múltiplas formas e uma mistura sincrética que produziu um Marianismo marcado por distintos elementos, foram impondo-se, então, até hoje, conotações sexuais negativas as quais desenvolveram o seu poder de atuação na vida das mulheres. Também o sistema judiciário foi influenciado pelo sistema moral católico e seus valores, tais como monogamia, normatividade heterossexual, indissolubilidade do casal e sanções de acordo com a má conduta, como, por exemplo, prostituição, parceria homossexual ou aborto.

<sup>31</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Überwachen und Strafen: Die Geburt des Gefängnisses*. Frankfurt a. M.: 1977.

<sup>32</sup> Cf. FOUCAULT. *Überwachen*, p. 37.

<sup>33</sup> FOUCAULT. *Überwachen*, p. 260.

Além disso, também a contraposição essencialmente construída de natureza e cultura serve como um mecanismo de opressão que produz a dicotomia de um sistema hierárquico de dois sexos; e esta, por sua vez, perpetua-se em uma disposição dos papéis fundamentada, biologicamente, na família e na divisão do trabalho. Traços corporais característicos dos gêneros são vinculados a normas sociais. Segundo a legitimidade desta determinação, corresponde à “natureza” da mulher assumir o governo da casa e a responsabilidade do cuidado e da educação dos filhos e exercer uma profissão dentro do campo da educação, formação ou cuidado, uma vez que o seu traço característico essencial consiste na maternidade, que é pré-definida pela sua função biológica de reprodução. Ao homem competem, em contrapartida, atividades na vida pública e trabalhos fora de casa. A internalização deste dualismo hierárquico de gêneros manifesta-se, entre as mulheres, não apenas na aceitação de sua posição submissa, senão também na reprodução de seu modo existencial de pensar. Isso demonstra-se, por exemplo, nas características que elas atribuem a uma agricultura desde a ótica da mulher. Nela, atribui-se às mulheres uma grande proximidade para com a natureza, sensibilidade para com a vida e uma perspectiva integral, do que se deduz que as mulheres possuem um outro modo de proceder em relação à terra, bem diferente do praticado pelos homens. Por causa desta atividade “natural” de cuidado das mulheres, elas orientam o seu trabalho para a subsistência, ao invés de orientá-lo para a economia lucrativa, que é caracterizada como masculina. A capacidade de reprodução e a atividade do cuidado das mulheres são colocadas no centro também da simbologia e na imagem pública do MMC. De forma similar, a questão da mudança da disposição dos gêneros no âmbito de um sistema heteronormativo binário de sexos, a questão da família e da sua “essência” permanecem intocadas. Trata-se, pois, do desenvolvimento de uma identidade consciente de ser mãe e dona de casa, de uma valorização social deste papel, de tornar visível e reconhecer o trabalho das mulheres e de liberá-las da responsabilidade de assumirem sozinhas o cuidado da família. Não entra em discussão, aqui, a suposta “naturalidade” que é atribuída a este papel ou uma crítica à construção ideológica destes papéis binários dos gêneros e do modelo de família.

O perigo da reprodução de projetos essencialistas, que definem uma natureza “feminina”, refletem a ambivalência no trabalho de construções de gêneros, os quais o MMC sente-se no dever de mudar. A esta altura,

poder-se-ia também levantar a questão da internalização de relações de dominação através da reprodução ou referência a elementos de um discurso essencialista e biológico. O trabalho feminista-pedagógico, assim como pastoral-teológico é, neste ponto, desafiado a dar uma contribuição na mudança das construções de gêneros. Diferentes abordagens, que, criticamente, põem em questão a suposta naturalidade dos papéis dos gêneros, oferecem alguns pontos de partida. Há, neste sentido, na *queer-theology* ou no ecofeminismo sociocrítico, abordagens que elucidam, por exemplo, como um modelo dualista de gêneros elevado à categoria de normatividade, fundando, assim, uma suposta naturalidade imutável, contribui na criação de relações de exploração econômica.

Apesar desses desafios que ainda restam no trabalho de concepções dos gêneros, o MMC é, para muitas mulheres, um lugar onde elas aprendem, pela primeira vez, a falar de suas experiências e a partilhá-las com outras. É constatar, também, que as suas experiências não são algo isolado, mas que outras mulheres, de modo semelhante, também vivenciam o mesmo. Assim, mudam, também, as interpretações de sua própria história e elas reconhecem que causas estruturais estão na base de sua situação, as quais é preciso enfrentar através do engajamento político em conjunto. O MMC, através de seu trabalho de formação da consciência e politização, assume a função de uma pedagoga crítica, no sentido da pedagogia libertadora de Paulo Freire. Pois ela desperta, potenciais para que as mulheres se compreendam como sujeitos, valorizem-se e desenvolvam, através de relações recíprocas solidárias, estratégias para a mudança de seu dia a dia. Processos de desenvolvimento pessoal, o alcance da autoestima e o reconhecimento da própria dignidade causam indignação e resistência, quando estas são menosprezadas. Neste sentido, pode-se dizer, fazendo-se referência a Alie van der Schaaf, que ocorre, no movimento, “[...] a criação de um espaço feminino, por um lado, com ideias que confirmam a natureza feminina rural e, por outro, com ideias inovadoras que contrastam com a cultura existente”.<sup>34</sup>

Mesmo um confronto crítico com as relações de gênero, visando mudá-las, deve ser sempre considerado em relação aos condicionamentos

---

<sup>34</sup> SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003, p. 412-442 (Aqui: p. 433).

sociais que as determinam. Um projeto feminista da agricultura deve, necessariamente, levar em conta a mediação entre subjetividades e estruturas objetivas. Somente através da inclusão de ambas as dimensões, que se condicionam reciprocamente, podem-se desenvolver estratégias para mudanças políticas e incitar processos emancipatórios.

Um projeto agrário feminista implica muito mais do que reivindicações específicas das mulheres como, por exemplo, a mudança dos papéis dos gêneros na família. Trata-se, antes, do reconhecimento de direitos sociais iguais para todos, da justiça ecológica, da segurança alimentar, da oposição à exploração, através das empresas multinacionais, e da luta contra a pobreza e a fome de grande parte da população. As lutas das mulheres visam a um outro modelo de agricultura e, além disso, a uma reforma socialista da sociedade na qual todos tenham lugar para viver.

### **O significado da religião e da espiritualidade na resistência das camponesas**

Quando se trata da questão da libertação da opressão e da luta por vida com direito e dignidade, toca-se em uma das preocupações centrais da Teologia da Libertação. Segundo a opção pelos pobres, fundamentada nas tradições bíblicas libertadoras, o comprometimento cristão deve acontecer no lado dos pobres e oprimidos e na participação de suas lutas. Entre 1960 e a metade da década de 1980, uma parte da Igreja colocou essa opção em prática. Através da Teologia da Libertação, deu-se início a uma mudança teológica de paradigma e a uma mudança do lugar da Igreja. Tanto a Teologia da Libertação como setores eclesiais por ela orientados – religiosos/as, sacerdotes e agentes pastorais – exerceram um papel muito importante, seja nos movimentos sociais brasileiros, seja na América Latina. Também na fundação do MMC e no desenvolvimento de seus conteúdos essenciais e metas deve-se à Igreja e à Teologia da Libertação uma contribuição muito importante. De acordo com o teólogo chileno Fernando Castillo, muitos dos movimentos sociais “surgiram, em grande parte, a partir de uma nova compreensão da fé, na qual a Teologia da Libertação exerceu um grande papel”.<sup>35</sup> Essas influências

---

<sup>35</sup> CASTILLO, Fernando. *Evangelium, Kultur und Identität: Stationen und Themen eines befreiungstheolog-ischen Diskurses* (org. por FÜSSEL, Kuno; RAMMINGER, Michael), Luzern, 2000, p. 45.

são percebidas, até hoje, na organização, nos conteúdos, nos temas e nos métodos de trabalho. No que diz respeito à relação para com as igrejas tradicionais ou instituições das igrejas, a evolução dos processos acontece de forma comparável àqueles de outros movimentos sociais.

De um apoio inicial mais forte, contando, inclusive, com a segurança institucional das Comunidades Eclesiais de Base e da CPT, por exemplo, o movimento passou a ter, com o passar do tempo e no decurso da consolidação de sua auto-organização e radicalização, uma autonomia sempre maior em relação à Igreja. Mesmo os fenômenos de pluralização religiosa e diferenciação começaram a expandir-se nas zonas rurais e a modificar a prática religiosa da população do campo. Devido ao grau sempre maior de autonomia que o movimento atingiu e ao êxodo da Igreja, que está ligado, sobretudo, às mudanças políticas da Igreja desde a metade/fim dos anos de 1980 e à discriminação estrutural das mulheres, sempre perceptível, existe o parecer de que os movimentos sociais foram submetidos a um processo de secularização. Um dos representantes dessa tese é Peter Houtzager. Tendo por base o MST, ele explica como se deu esse processo de “secularização do movimento”.<sup>36</sup>

Segundo a minha perspectiva, essa tese deve ser examinada de forma mais precisa e com o auxílio de um confronto diferenciado com os aspectos religião, Igreja e espiritualidade nos movimentos sociais. Existem, neste sentido, diferentes indicações, modos de posicionar-se, conteúdos, métodos de trabalho, assim como convicções pessoais de fé de membros femininos, que remetem a uma certa perpetuação ou continuação dos inícios, marcados pela Teologia da Libertação. Fazem parte disso as importantes articulações das experiências particulares de cada uma, dos processos de formação da própria consciência, da produção de inúmeros materiais para o trabalho de formação, como sendo características essenciais de uma pedagogia e teologia libertadoras, assim como o desenvolvimento de uma espiritualidade própria do movimento, a assim chamada *mística*, como sendo a fé vivida por muitas mulheres em um Deus libertador e na esperançosa mensagem do Evangelho. Em que medida os conteúdos da Teologia da Libertação influenciaram a fé das mulheres, resulta, nas mulheres, diferenciadamente, e depende do tempo de participação no movimento, e em que medida elas ainda

---

<sup>36</sup> Cf. HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: Conflito e modernização no Brasil rural (1964–1995)*. São Paulo, 2004, p. 156.

possuem uma experiência pessoal positiva das experiências das Comunidades de Base. Também a idade delas exerce influência. Por isso, encontra-se, entre as mulheres de gerações mais antigas, uma “mentalidade” mais conforme com a Teologia da Libertação do que entre as mais jovens. Aliás, muitas dessas últimas possuem uma compreensão tradicional, que é equivalente à configuração da Igreja atual, e, além do comprometimento com o movimento, engajam-se na catequese e em grupos de liturgia. Outras posicionam-se de forma extremamente crítica em relação à Igreja e consideram a sua posição incompatível com as preocupações do movimento. E outras, ainda, possuem uma atitude totalmente indiferente. Através desses desenvolvimentos, refletem-se, entre as mulheres camponesas, as mudanças na política da Igreja, ou seja, o processo de restauração dentro da Igreja Católica e o vácuo que surgiu devido ao seu afastamento das questões sociais e, conseqüentemente, das necessidades das pessoas, em favor de uma concentração maior na liturgia e um fortalecimento do clericalismo e da hierarquia, o que ofereceu um portão de entrada para outras igrejas e denominações. Isso levou a uma diferenciação da pertença religiosa também entre os membros dos movimentos sociais, ainda que, entre a população rural, a pertença às igrejas tradicionais continue sendo dominante e outras comunidades religiosas tais como as pentecostais, neopentecostais e carismáticas tivessem ganhado influência somente aos poucos. Essa pluralização da prática religiosa, contudo, segundo afirmações de integrantes do movimento, não tem nenhum significado especial para o movimento ou para a sua práxis, mas deve ser considerada apenas como uma questão particular de cada mulher. Através do deslocamento da prática religiosa para a área “privada”, mudou também o ponto de intersecção entre fé religiosa e prática política. Uma vez que a fé cristã já não representava mais uma referência vinculativa para o movimento no seu todo, começaram a surgir nele uma nova forma de espiritualidade geradora de comunhão, a qual se manifesta nas assim chamadas *místicas*.

### ***Mística – uma nova espiritualidade de libertação***

Partindo de suas experiências cotidianas, de suas lutas e preocupações, de sua resistência e protesto, as mulheres desenvolveram algumas formas de expressão espirituais, as assim chamadas *místicas*. Surge, de suas queixas, de sua busca por libertação, uma *mística* que

fortalece e encoraja para a ação e para uma prática libertadora. Gerar comunhão é, portanto, o caráter central das *místicas*.

A *mística* contém, tematicamente, aspectos que dizem respeito ao contexto de vida agrário. Símbolos que também se originam deste contexto de vida tais como sementes, plantas, frutas, instrumentos de trabalho agrícola etc. Eles materializam e tornam visível a temática enfocada em cada *mística*. *Mística*, em perspectiva libertadora, é um elemento que perpassa a práxis cotidiana e é, por sua vez, produzida a partir dela. Mesmo a resistência, as lutas, o ativismo político encontram a sua expressão nesta *mística* que promove a vida. Diante de uma situação marcada por morte, pobreza, opressão e exploração, as mulheres escolhem a luta pela vida. A *mística* é tanto um momento concreto de celebração na qual são articulados temas que dizem respeito ao contexto de vida agrário, como também a força que perpassa a prática cotidiana e que se produz a partir dela. Em textos, poemas e canções, articulam-se, igualmente, essas tradições, a cultura do campo e as lutas das mulheres camponesas. A *mística* vai, portanto, muito além do momento espiritual concreto que ocorre, por exemplo, no início do encontro ou em outras ocasiões.

A *mística* está presente nas lutas e na busca por direito e democracia e, da mesma forma, no trabalho cotidiano dos pequenos/as agricultores/as, nas suas preocupações acerca das pessoas e da natureza. Ela origina-se, portanto, das lutas sociais do movimento. Ela é o coração que mantém o movimento unido e possui, por isso, um caráter gerador de união. Nela, convicções, esperanças e a prática cotidiana confluem juntas. Isso quer dizer, também, que toda a gama de experiências de vida das mulheres, mesmo as ações políticas não explícitas como o trabalho doméstico, o cuidado e a educação dos filhos, o trabalho no campo etc., são integradas. De determinadas convicções espirituais e atitudes, derivam-se diretivas éticas, as quais se orientam a partir da vida humana, para uma prática cotidiana coerente.

O “êxodo” formal da instituição patriarcal da Igreja criou, simultaneamente, novos espaços espirituais autodeterminados. Isso está vinculado, contudo, ao mesmo tempo, à perda de tradições cristãs libertadoras. Essa tendência à perda da tradição demonstra-se, a partir de minhas observações, no fato de que as tradições bíblicas são tomadas sempre menos em consideração e o significado de fé e espiritualidade não são tematizados e não se refletem na luta política. Também entre as mulheres mais jovens ocorrem dificuldades de transmissão, visto que

muitas delas não possuem uma experiência positiva nas comunidades de base. No confronto com essa relação, a ambivalência torna-se visível. Assim, por um lado, a convergência de diferentes tradições culturais e religiosas ocasionou, nos movimentos, a “desecclesialização” e o desprendimento de sua origem cristã e criou, em substituição, novos contextos geradores de comunhão com suas marcas e símbolos identificadores. Por outro lado, todavia, as igrejas permanecem sendo, até hoje, lugares de comprometimento e participação de muitas mulheres, mesmo que não se veja, nisso, uma correlação direta com o engajamento político. Se e em que medida as mulheres mesmas entendem essa prática em continuidade com as raízes do movimento – fundamentadas sobre a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base –, e fazem uma transferência para o seu engajamento político, também varia muito. Essa também não é uma questão com que o MMC se ocupa atualmente. Uma reflexão e uma análise sistemática acerca do significado desses processos tanto no interior do MMC, como na teologia e na prática eclesial permanecem, ainda, como um desiderato aberto. Faz-se necessária, neste ponto, no meu entender, uma reflexão adicional sobre em que medida o movimento assume funções que antes pertenciam à Igreja, especialmente às Comunidades de Base, e em que medida isso pode ser entendido como um novo jeito de formar comunidades eclesiais. Além disso, parece-me necessário também, no contexto de um projeto libertador, formular critérios para uma espiritualidade que se oriente, para além de uma arbitrariedade religiosa individual, para a opção pelos pobres e para a libertação, assumindo, assim, também, uma função crítica, seja em relação à sociedade e às formas de dominação, seja em relação às instituições religiosas. Dedicar-se a essas questões e reflexões e acompanhar a prática pastoral pedagógica seria uma outra tarefa para a Teologia Feminista da Libertação.

### **À guisa de conclusão**

A exposição evidenciou como a força feminina de trabalho, durante o curso da capitalização da agricultura brasileira, tornou-se sempre menos visível e, ao mesmo tempo, sempre mais sujeita à exploração capitalista. Os mecanismos de exclusão e marginalização encontram a sua legitimação ideológica através de uma cultura patriarcal que remete as mulheres a uma posição de submissão e reduz o seu trabalho ao status de trabalho doméstico e familiar não remunerado, sem gozar do

mesmo reconhecimento que o trabalho produtivo masculino. Com isso, evidencia-se também a problemática da agricultura familiar. Embora os movimentos sociais camponeses, incluindo o próprio MMC, tenham lutado por um modelo agrário que possibilite a reprodução da agricultura camponesa, isso implica, contudo, sob a atual forma da agricultura familiar, a manutenção de relações familiares patriarcais. Necessita-se, portanto, de uma mudança no modelo familiar que se tem até hoje e da construção de outros tipos de comunidades solidárias que superem a família patriarcal. A luta por um projeto popular de agricultura camponesa encontra-se, portanto, diante de um duplo desafio: é preciso, em primeiro lugar, mudar, radicalmente, as relações no campo, isto é, que se tomem medidas contra a destruição dos fundamentos da vida – o que a população camponesa experiencia através da agroindústria e do latifúndio – e, em segundo lugar, mudar também as relações subjetivas, a saber, as relações opressivas entre os gêneros.

Colaborar neste sentido é, portanto, uma das tarefas da Teologia Feminista da Libertação, pois esta encontra o seu lugar nas experiências das mulheres, nas suas lutas sociais e, inclusive, gostaria de dar, através da reflexão feminista-teológica desta práxis, uma contribuição para a mudança da realidade. A partir da situação das camponesas, surgem novas tarefas para a Teologia Feminista da Libertação. Pode-se citar, entre outras, o trabalho nas construções dos gêneros e em modelos repressivos de papéis que se estabeleceram, ideologicamente, também através da Igreja e da Teologia. Uma outra tarefa seria a de analisar as mudanças na esfera do religioso e interpretá-las quanto ao seu significado para o movimento. Os movimentos sociais são, hoje, vozes proféticas que chamam a atenção para as injustiças sociais e se comprometem com a mudança. Descobrir a sua prática libertadora e eles próprios como novos lugares da Igreja e do ser cristão é um desafio para a teologia e para a Igreja. O MMC, que se engaja para a superação das injustiças sociais, forma comunidade e impele processos libertadores, pode, portanto, tornar-se um impulso crítico para uma Igreja que está sempre mais sujeita ao perigo de isolar-se e de ocupar-se apenas consigo mesma.

## Referências

BARRETT, Michèle. *Das unterstellte Geschlecht: Umriss eines marxistischen Feminismus*. 2. ed. Berlin, 1990.

BERNECKER, Walter L.; PIETSCHMANN, Horst; ZOLLER, Rüdiger. *Eine kleine Geschichte Brasiliens*. Frankfurt a. M., 2000.

CARDOSO, Nancy Pereira. Verflucht, geil und ergeben: Frauen und Religion. In: GERSTENBERGER, Erhard S.; DEIFELT, Wanda (Org.). *Hermeneutik – sozialgeschichtlich, Kontextualität in den Bibelwissenschaften aus der Sicht (latein)amerikanischer und europäischer Exegetinnen und Exegeten*. Münster, 1999. p. 199-214.

CASTILLO, Fernando. *Evangelium, Kultur und Identität: Stationen und Themen eines befreiungstheologischen Diskurses* (Org. por FÜSSEL, Kuno; RAMMINGER, Michael). Luzern, 2000.

CRASKE, Nikki. Gender, Poverty and Social Movements. In: CHANT, Sylvia; CRASKE, Nikki. *Gender in Latin America*. New Brunswick, New Jersey, 2003. p. 46-70.

FERRARI, Sergio. *Camponesas e feministas ... contra uma opressão dupla*. Entrevista com Luciana Passinato, 30 maio 2006. ADITAL. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=15030>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

FOUCAULT, Michel. *Überwachen und Strafen: Die Geburt des Gefängnisses*. Frankfurt A. M., 1977.

GONTIJO, Claudio. A revolução agrícola no Brasil: singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: 1850-1930. In: *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 2, p. 77-92, abr./jun. 1988.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. [S.l.], 2004.

HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, 2002. p. 554-577.

SCHOCKENHOFF, Eberhard. Crisis de la familia y cohesion social. In: *Diálogo político*, ano 23, n. 3, p. 11-20, set. 2006,.

SPINDEL, Cheywa. Invisibility of Women's work in Brazil. In: DEERE, Carmen Diana; LEÓN DE LEAL, Magdalena. *Rural Women and State policy: Feminist perspectives on Latin American Agricultural Development*. Boulder, 1987. p. 51-66.